



ADALBERTO MARQUES-28/5/05



re as metropolitanas

Metropolitana	Área total Km²	Áreas de naturais	Em (%)
Santista	2.419,95	1.673,60	69,16
	3.467,14	100,88	2,91
	8.139,02	2.124,39	26,10
Praia	16.192,81	3.716,37	22,95
Total	30.218,92	7.615,24	25,20

Amara Consultoria, Pesquisa e Análise de Dados

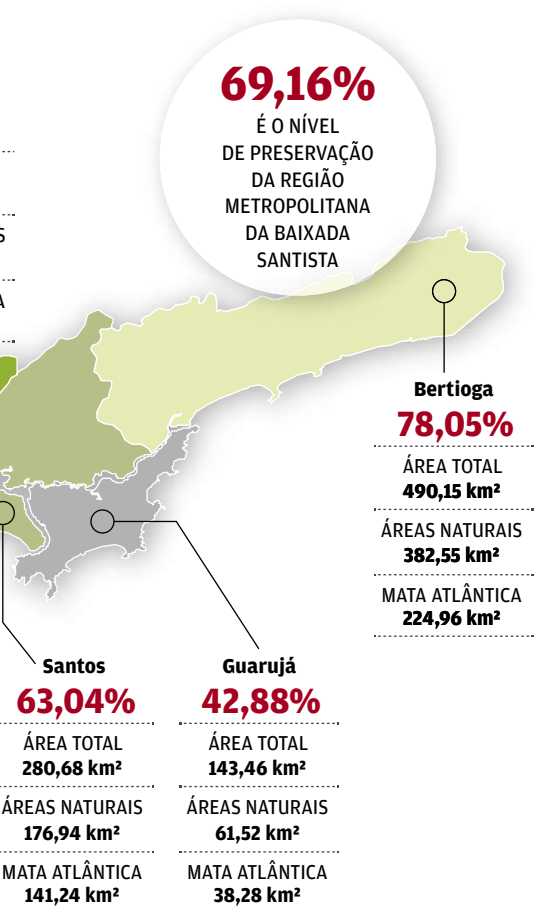
Receita do ICMS-Ecológico

>> Cidades da Baixada Santista (2006/2012)							
Região Metropolitana Baixada Santista	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
Bertioga	2.516.440	1.772.253	1.648.545	1.381.470	1.368.954	1.186.145	1.112.791
Cubatão	913.351	1.019.869	959.157	806.670	814.149	711.604	668.281
Guarujá	107.715	102.095	94.264	79.594	78.024	63.751	61.405
Itanhaém	1.716.654	1.414.685	1.315.222	1.105.123	1.091.791	945.632	885.519
Mongaguá	644.981	504.008	466.558	390.508	387.938	336.097	312.771
Peruibe	1.436.744	1.391.016	1.398.900	1.470.828	1.074.710	930.651	872.057
Praia Grande	718.223	644.011	602.987	506.684	509.484	437.068	407.537
Santos	1.173.455	1.622.868	1.512.710	1.264.543	1.250.914	1.082.629	1.013.873
São Vicente	981.089	1.115.838	1.045.588	882.368	884.563	753.568	698.486
Total Geral	10.208.652	9.586.643	9.043.931	7.887.788	7.460.527	6.447.145	6.032.720
Em (%) do Estado	9,45	9,46	9,82	10,09	9,59	9,67	9,79

Fonte: R. Amara Consultoria, Pesquisa e Análise de Dados

Nem 10%

56 milhões de reais foi o repasse de ICMS à BS, em sete anos. No Estado, R\$ 585 milhões



ICMS: compensação que não compensa

Os municípios que possuem espaços de conservação integral, onde não é permitida qualquer modificação, recebem do Governo Estadual uma parte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS).

O objetivo é dar uma espécie de contrapartida para estimular a preservação nessas cidades e compensar uma possível perda da arrecadação de impostos pela não urbanização da área.

Para Rodolfo Amara, essa compensação não passa de um mito, já que o volume repassado de ICMS é quase nulo, se comparado ao que se arrecada em impostos urbanos.

“Defensores da rigidez das normas ambientais costumam reforçar seus argumentos com a tese de que a instituição

do ICMS Ecológico em vários Estados do País é uma compensação financeira adequada ao controle do uso e ocupação do solo. Quem utiliza esse tipo de fundamentação ignora por completo o efetivo efeito do ICMS Ecológico no financiamento das demandas sociais de um município”, afirma o consultor.

A afirmação pode ser comprovada com a análise dos resultados financeiros apurados na geração do ICMS Ecológico, entre 2006 e 2012, na Baixada Santista. Nesse período, a receita da compensação tributária somou a importância de R\$ 56,6 milhões para a Região – menos de 10% do total de ICMS Ecológico distribuído no Estado (R\$ 585,7 milhões).

Quando comparado com a geração de Receita Tributária Própria (IPTU, ITBI, ISS e Taxas) dos municípios, a quantia representou a modesta parcela média de 0,52%, no mesmo período.

IMPOSTOS

Com os impostos próprios (tributos municipais), as cidades da Baixada Santista arrecadaram a importância de R\$ 10,8 bilhões nos últimos sete anos, quan-

tia que contribuiu para o financiamento das demandas sociais, como Saúde, Educação, Assistência Social, conservação, limpeza e infraestrutura urbana.

“A receita do IPTU em todo o Litoral Paulista, em especial na Baixada, é o principal alicerce do financiamento das grandes demandas públicas”, garante Amara.

Nos últimos dez anos, em valores atualizados, o IPTU gerou uma receita de R\$ 7,9 bilhões para os nove municípios. Foram R\$ 917,6 milhões apenas em 2012.

Com o avanço das restrições de uso e ocupação do solo, no entanto, essa principal fonte de recursos tende a diminuir a cada ano. Além disso, com a valorização forçada dos espaços territoriais disponíveis, em função da relação da oferta e demanda, o custo do IPTU ficará elevado para as famílias de menor poder aquisitivo, assim como os valores das locações e o preço dos imóveis novos e usados.

“É preciso que os defensores das restrições de uso e ocupação do solo percebam o quanto antes que este tipo de postura isolada é altamente elitista e em nada contribui para o que se entende de desenvolvimento sustentável. O custo do solo urbano no Litoral Paulista está cada vez mais elevado e sua oferta é escassa. Até mesmo para remover famílias de áreas impróprias e de risco não há terrenos para edificações de casas populares”, diz o consultor. Para saber mais: www.icmsecológico.org.br.

